

África: desafios e oportunidades no novo milênio

Africa: Challenges and opportunities in the new millennium

Pio Penna FILHO¹

Resumo

Este artigo busca analisar a inserção internacional do continente africano no período pós-Guerra Fria, identificando os principais desafios e as novas oportunidades que surgiram com o fim da era bipolar. Argumenta-se que no imediato pós-Guerra Fria, ou seja, durante a década de 1990, ocorreram intensos conflitos em várias regiões do continente, caracterizando uma época de desafios intensos para as lideranças africanas. Já num segundo momento, no alvorecer do século XXI, o cenário se alterou, dando início a uma era de novas oportunidades.

Palavras-chave: África. Inserção Internacional. Desafios. Oportunidades.

Abstract

This paper analyzes the international integration of the African continent in the post-Cold War, identifying key challenges and opportunities that emerged with the end of the bipolar era. It is argued that in the immediate post-Cold War world, ie, during the 1990s, there were intense conflicts in various regions of the continent, featuring a time of intense challenges for the African leadership. Have a second time, at the dawn of the century, the scenario has changed, initiating an era of new opportunities.

Keywords: Africa. International insertion. Challenges. Opportunities.

1 Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade). Colaborador do NEPRE. Endereço: SQN 109, Bl. J, Ap. 312, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70752-100, Telefones: (61) 3107-0756. E-mail: <piopenna@gmail.com>.

África: desafios e oportunidades no novo milênio

O Seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2011, com a temática *Educação e Relações Raciais: dez anos de estudos e pesquisas na UFMT*, proporcionou aos participantes uma excelente oportunidade para a discussão acadêmica e atualização em diversos campos do saber, sobretudo aqueles voltados para as relações raciais em suas múltiplas dimensões.

Um dos grandes méritos do Seminário foi possibilitar aos participantes debates de alto nível, que não ficaram restritos a uma única área. Nesse sentido, foi uma experiência gratificante ter participado com um tema que foge um pouco aos tradicionais debates que geralmente ocorrem em eventos dessa natureza. Assim, o presente artigo é fruto do debate realizado durante a realização da Mesa Redonda intitulada *África: novas oportunidades, novos desafios*. Trata-se, pois, de um olhar que cruza o oceano Atlântico e busca analisar quais as principais características da inserção internacional do continente africano no período mais recente, ou seja, no pós-Guerra Fria.

Uma nova África

Uma das características mais importantes da África atual é que, em termos gerais, estamos tratando de um continente em plena transformação. Desde o final da década de 1990 a taxa média de crescimento das economias africanas varia entre 5 e 6% ao ano, média superior ao crescimento de várias outras regiões do planeta, incluindo aí a nossa América Latina. Trata-se de uma nova área econômica em franca expansão e repleta de oportunidades que podem e devem ser exploradas.

A política africana do Brasil já é antiga. Embora a aproximação do Brasil com a África tenha se iniciado no final da década de 1950 e início da de 1960, foi somente durante os anos 1970 que formulamos uma política mais clara e consistente voltada para o continente africano. Desde então, o Brasil não deixou mais a África.

Em tempos mais recentes o governo Lula foi o responsável por uma retomada vigorosa da aproximação com o continente africano. Digo retomada, porque durante os dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso houve um certo retraimento da presença brasileira no continente, motivado principalmente pela profunda crise que atingiu boa

parte dos países africanos e pelas prioridades dadas pela diplomacia de FHC a questões vinculadas aos processos de globalização (abertura comercial) e regionalização (ênfase no Mercosul).

Dentre os fatores que explicam o relativo sucesso da reaproximação do Brasil com a África durante o governo Lula destacam-se as importantes mudanças verificadas nas realidades internacional e africana, quando comparamos os anos 1990 com a primeira década do atual milênio. Em termos de África, no geral, ocorreu uma redução significativa das situações de conflito, por exemplo, fato que levou a uma maior estabilidade política e à retomada do crescimento econômico em importantes áreas do continente. Assim, o Brasil, durante a presidência Lula, encontrou um ambiente muito mais favorável para a reaproximação com os africanos.

É claro que precisamos levar em consideração que a perspectiva política do governo Lula também era distinta da do governo de FHC, ou seja, houve uma decisão política de se enfatizar as chamadas relações Sul-Sul, na qual o continente africano estava igualmente contemplado como uma área estratégica no âmbito da política externa brasileira.

Mas isso só foi possível por que o continente africano estava mudando. A redução dos conflitos, as perspectivas de paz, os processos de democratização e reformulação das relações políticas internas, a *redescoberta* da África pela China, que lançou uma verdadeira ofensiva diplomática sobre o continente, tudo isso recolocou a África no sistema internacional, despertando um renovado interesse mundial e brasileiro em direção à África.

No que diz respeito às relações do Brasil com a África, uma das novidades, que pode ser entendida como um reflexo das transformações ocorridas no continente africano, é que ocorreu um fenômeno novo, que foi o impressionante crescimento dos investimentos brasileiros no outro lado do Atlântico. Nessa nova fase, portanto, não se trata apenas do aumento das trocas comerciais, que também foi considerável, indo de mais ou menos 6 bilhões de dólares no início do governo Lula (2003) para aproximadamente 26 bilhões em 2008.(BRASIL, 2012).

Mas o interesse brasileiro pela África não fica restrito às agendas tradicionais, de comércio, cooperação, investimentos e relações políticas e diplomáticas. Já há algum tempo estamos assistindo também a um esforço para compreender melhor o outro, ou seja, estudar mais a cultura e a história africana, afinal de contas, a África circula no sangue brasileiro. É componente da formação da nossa identidade coletiva e, portanto, não apenas de um único grupo ou setor da nossa sociedade.

A Primeira Década Pós-Guerra Fria

A queda do muro de Berlim simbolizou o encerramento de uma fase importante do ordenamento internacional do século XX e provocou importantes impactos na inserção internacional do continente africano, talvez um dos mais atingidos pelas transformações operadas pelo fim da Guerra Fria. Enquanto para muitas regiões do planeta o impacto da onda neoliberal resultou no aumento da exclusão social, com altos índices de desemprego e crise social, em boa parte da África os seus impactos significaram, além disso, o virtual colapso da frágil estrutura estatal montada como resultado do processo de descolonização e acabaram explodindo numa onda de violência que impressionou pela sua intensidade e duração. Assim, a primeira década do pós-Guerra Fria, com suas características de transição de um mundo ordenado por paradigmas ideológicos para outro, mais liberal e globalizado, significou um período de crises e de ajustes, tanto nas estruturas econômicas quanto políticas.

Durante os anos 2000, em diversas regiões da África ainda persiste um clima de tensão e, eventualmente, de conflitos, com alguns casos que perduram há décadas. No Sudão, por exemplo, ao mesmo tempo em que se encontrou uma solução para as disputas entre o Norte islamizado e o Sul, animista e cristão, no início do século XXI explodiu um outro conflito, dessa vez na região de Darfur, área fronteiriça com o Chade². Já na Somália, o Estado e suas instituições tradicionais praticamente desapareceram, estando o país fragmentado e governado por clãs, o que faz daquele país uma região insegura (como bem o comprova, por exemplo, a ação dos piratas ao longo do seu litoral e mesmo em mar aberto) e economicamente inviável.

Na região da África Central, o antigo Zaire, atual República Democrática do Congo, vive há anos sob forte clima de instabilidade política, estando o país dividido e sem um controle central efetivo. Mais ao Sul, o Zimbábue experimentou um quadro de deterioração econômica gradativa que levou sua economia a experimentar uma das piores crises hiperinflacionárias da história da humanidade.

São diversas as regiões da África que vivenciaram ou ainda vivenciam conflitos armados e falência de Estados, com um alto custo social. Muito

2 Ressalte-se, todavia, que mesmo com a criação de um novo país, o Sudão do Sul, a paz ainda permanece uma quimera, haja vista que entre os dois estados, o Sudão e o Sudão do Sul, as divergências políticas não foram solucionadas e existe a possibilidade de uma guerra aberta entre os dois atores, ambos disputando territórios ricos em recursos petrolíferos.

embora se tenha verificado uma tendência para a superação de vários conflitos já no final dos anos 1990, ainda é cedo para um diagnóstico otimista para o contexto africano. Isso sem contar outros aspectos relacionados à segurança, que envolvem a região como, por exemplo, a segurança alimentar e os aspectos relativos à degradação ambiental, ao aquecimento global e às doenças epidêmicas, de grande impacto econômico para o desenvolvimento africano.

O ponto que mais importa, quando se destaca a questão da instabilidade política na África, nos primeiros dez anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria, é que ela acabou afetando diretamente o desenvolvimento econômico e social de boa parte do continente.

Os Estados africanos lutaram e continuam lutando contra toda sorte de adversidade e passaram a buscar soluções próprias e conjuntas para a superação do subdesenvolvimento e, acima de tudo, para melhorarem o seu próprio desempenho econômico e social, o que só será conseguido se, primeiro, alcançarem a paz e conseguirem promover um ciclo virtuoso que possibilite crescimento econômico minimamente sustentado.

Anos 1990: recuos e avanços

Para se compreender a África durante os anos 1990 torna-se importante uma discussão sobre a questão dos conflitos nesse período e das tentativas de solução dos mesmos, tanto as vislumbradas pelos próprios africanos, como as sugeridas pelos organismos internacionais, especialmente as Nações Unidas e os blocos regionais africanos. Uma das constatações mais imediatas é que naquele contexto internacional a principal tendência foi o aumento da marginalização econômica e política de boa parte dos países do continente.

Um dos resultados dessa situação foi uma forte onda de pessimismo com relação a quase tudo o que dizia respeito à África, aspecto potencializado pela abordagem dada pela mídia internacional, que quase só mostrava o lado mais problemático do continente. Mesmo transformações positivas e mais recentes, que superaram as piores expectativas, que indicavam alta probabilidade de aguda tensão social e guerra civil, como foi o caso da superação do regime do *apartheid* na África do Sul, geralmente foram abordadas de forma negativa.

Houve crises em outras partes do mundo, não sendo, portanto, esse fato uma exclusividade dos africanos. No entanto, foi naquele continente que a humanidade se defrontou com os seus piores níveis de desigualdade social, miséria, desestruturação econômica, guerras, fome e epidemias. Como explicar um quadro tão desalentador e complexo como esse? Quais foram os fatores que

mais prejudicaram o desenvolvimento e o bem estar das populações da região? Em que medida o fim da Guerra Fria e a remodelação do sistema internacional colaboraram para o quase caos na África?

A chegada dos europeus ao continente africano, se por um lado marcou a intensificação dos contatos entre as civilizações da Europa e da África, por outro significou o início da desestruturação de sociedades autóctones que haviam criado instituições próprias e que funcionavam com certa estabilidade há muito tempo. Significou, também, a intensificação da nefasta atividade da escravidão, que exauriu a África de braços e mentes por mais de três séculos. Após a escravidão, o domínio físico e a instituição do sistema colonial retardaram em pelo menos meio século a retomada das instituições e seu desenvolvimento próprio, oprimindo, barbarizando e colonizando territórios e seres humanos, diminuindo a coadjuvantes de sua própria história.

A descolonização, acentuada após a Segunda Guerra Mundial, coroa um longo processo de resistência e faz o continente como um todo entrar em efervescente período de atividade política, o que resultou, efetivamente, na esperança de dias melhores e na chance de se provar ao mundo a capacidade africana de autodeterminação, com iniciativa para gerir os próprios assuntos e promover o bem estar de sua população.

Durante os anos 1950, portanto, inicia-se nova fase na história política do continente, com o começo das independências³. A princípio, os novos Estados iniciaram um período de otimismo, buscando aprofundar laços preexistentes e iniciando processos de integração regional que somente iriam se firmar, mesmo que precariamente, décadas mais tarde. (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p.147-165). Além disso, houve euforia com a possibilidade de desenvolvimento econômico, modernização e liberdade política e exacerbou-se o sentimento nacionalista no mosaico étnico africano.

Mas o continente africano não pode ser visto como portador de uma unidade e de uma identidade única. Com efeito, uma das características mais marcantes da África é a sua diversidade. Diversidade de povos, de culturas, de países, de paisagens, de sistemas políticos, de economias. Portanto, a generalização em matéria de África pode induzir a erros de avaliação, embora seja possível, naturalmente, identificar tendências, sobretudo porque a maior parte do continente passou um processo histórico até certo ponto semelhante (dominação colonial e suas consequências, por exemplo). Nesse sentido, a

3 Na África subsaariana, o Sudão foi o primeiro país a se tornar independente, em 1956, seguido da Costa do Ouro, atual Gana, em 1957. Ambos foram colônias inglesas.

análise regional, apesar de não resolver de todo o problema, ajuda a compreender melhor as realidades africanas.

Assim, em termos regionais, por exemplo, mesmo que se intente uma divisão dos países da África Ocidental em grandes agrupamentos, forjados na base da herança colonial, ou seja, uma zona inglesa e outra francesa, percebe-se claramente a profunda diversidade dos países de cada área. Existem na África Ocidental, de colonização inglesa, países populosos e abundantes em recursos naturais, destacando-se a Nigéria; e países pequenos, de baixa população e com moderados recursos naturais, como a Gâmbia. Na área francesa, cite-se, por um lado, o caso da Costa do Marfim, com indicadores econômicos relativamente elevados para os padrões da região e, por outro, Burkina Faso, um país com indicadores econômicos e sociais muito modestos.

A África Austral, utilizando-nos de uma abordagem ampliada no que diz respeito ao conceito geográfico, compreende todos os países membros da SADC (*Southern African Development Community*)⁴, apresentou evolução histórica diferenciada, quando comparada com a África Ocidental e com as outras regiões do continente. Muito embora não se possa encontrar homogeneidade entre países com estruturas econômicas tão diversas, com sistemas de colonização e características culturais específicas, além de um vasto território, que é inclusive considerado um subcontinente, os países dessa região se associaram inicialmente com o objetivo de formar uma frente unida contra a proeminência econômica sul-africana, que os colocava numa condição de extrema dependência, característica que era agravada pela política de *apartheid* praticada pela África do Sul.

O fim do regime racista sul-africano possibilitou o ingresso da África do Sul na comunidade e a ampliação e redefinição do processo de integração. A partir daí há uma revisão dos princípios iniciais do movimento e busca-se a construção de um espaço comum, para juntos lograrem a superação dos graves problemas estruturais que assolam e entram o desenvolvimento de uma das mais ricas regiões em recursos minerais do continente africano.

Mas, além da África Ocidental e da Austral, onde os processos de integração mais avançaram, as outras configurações regionais africanas apresentam um quadro pouco otimista. Há conflitos em andamento, ou com grande potencial de serem retomados, na área vulgarmente conhecida como o *chifre da África*, envolvendo uma disputa fronteiriça não totalmente resolvida entre a Eritreia

4 São membros da SADC: Angola, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

e a Etiópia – a única guerra declarada entre dois países africanos no período contemplado, isto se não considerarmos a possibilidade real de uma guerra entre o Sudão e o Sudão do Sul – e a interminável guerra civil na Somália, um Estado que virtualmente desapareceu, sem governo ou instituições estatais típicas.

A África Central é outra região que também apresentou um quadro grave de instabilidade e crise. O mais complexo dos conflitos na região foi, sem dúvida alguma, o genocídio ocorrido em Ruanda durante o ano de 1994 e solenemente ignorado pela comunidade internacional (GOUREVITCH, 2000; HATZFELD, 2002, 2005; ILIBAGIZA, 2008). Além de uma situação virtualmente explosiva do ponto de vista étnico, uma característica muito importante da região foi, e infelizmente continua sendo, a capacidade de transbordamento dos conflitos de um país a outro, como em nenhuma outra região africana. Prova disso é o envolvimento frequente de terceiros países nos conflitos na República Democrática do Congo, que até hoje não cessaram de todo.

É importante observar também que a crise na África Central não se restringiu aos conflitos armados propriamente ditos. Ocorreu todo um drama paralelo que criou na região um impressionante movimento de refugiados e deslocados, que persiste até os dias de hoje, fato que aumentou enormemente a insegurança na região e tornou ainda mais difícil a solução para a crise.

Na região ao Norte do deserto do Saara a questão da instabilidade política e dos conflitos foi menos intensa do que no resto do continente. Embora persistam divergências políticas entre alguns Estados, como ocorre entre o Marrocos e a Argélia, um aspecto importante, haja vista que suas diferenças imobilizam o processo de integração regional no âmbito da União Árabe Magreb e interferem na resolução da independência do Saara Ocidental⁵ – observa-se um evidente contraste com a África Subsaariana. Mas essa região possui uma configuração própria, que a aproxima mais do mundo e das questões referentes ao Islã do que aos problemas mais típicos dos outros países africanos. Não se quer dizer com isso, naturalmente, que a África do Norte seja uma região completamente deslocada do contexto africano maior. O que se enfatiza é que a região possui peculiaridades culturais, econômicas e políticas que não podem ser desprezadas.

Observe-se, por exemplo, que atualmente o que mais chama atenção do mundo para os países do Norte da África é o contexto da chamada

5 O Saara Ocidental, ou República Árabe Saarauí Democrática, é o único território africano que ainda não possui um governo autônomo e soberano. Desde a retirada da Espanha, em 1976, a Frente Polisário luta contra a ocupação militar do Marrocos, que deseja a anexação daquele território ao seu país. Após uma trégua negociada pelas Nações Unidas, em 1991, a guerra se transformou num conflito de baixa intensidade.

Primavera dos povos Árabes, apressadamente denominada, por alguns autores, de *Revolução Árabe*. Nesse sentido, não se tem nada parecido ocorrendo na África Subsaariana, o que demonstra essa diferenciação de agendas entre as duas regiões do continente.

Outra abordagem possível é a análise de um grupo de países a partir de afinidades linguísticas derivadas de um processo de colonização específico, no caso em questão, e que mais interessa ao Brasil, é o conjunto formado pelos países africanos de língua oficial portuguesa que, juntamente com Portugal e Brasil, criaram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP.

Embora se considere que o grupo de países surgidos a partir da descolonização das antigas áreas de dominação portuguesa constitua um grupo efetivamente heterogêneo, alguns importantes aspectos os colocam em rota convergente em diversas matérias. Todos possuem, por exemplo, uma história recente comum, no que diz respeito à luta anticolonial diante de uma ex-metrópole que se recusou, até o limite, em aceitar o inevitável processo de independência. Assim, compartilham a guerra anticolonial, o sentimento de pertencimento a uma cultura ilustrada forjada pelo idioma português, uma solidariedade anticolonial e uma experiência de tipo socialista ou *popular*.

A África e a economia mundial

Um ponto importante para qualquer análise da inserção internacional do continente africano diz respeito à interação entre as suas economias e a economia global. Ou seja, uma pergunta relevante é: qual será o lugar da África na economia do século XXI? Considerando as mudanças qualitativas operadas na economia mundial, quais são as possibilidades concretas dos africanos para reverter uma inserção historicamente dependente e marginalizada? Essa última questão também diz respeito às mudanças estruturais que afetaram a economia mundial nas duas últimas décadas do século passado e que continuam em progresso. Assim, do ponto de vista econômico, tirando a República da África do Sul, os Estados africanos são exportadores tradicionais de matérias primas e produtos agrícolas, ou seja, são primário-exportadores num mundo que exige cada vez mais o conhecimento como pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social. Mas é importante observar que, apesar disso, assistimos nos últimos anos a uma valorização de várias das *commodities* exportadas pelos países africanos, o que tem colaborado para um melhor desempenho econômico no continente.

Um dos legados do colonialismo europeu na África foi a criação de uma estrutura econômica pouco diversificada e ancorada na exportação de produtos primários, de forma que os africanos possuem uma base produtiva relativamente

fraca e frágil diante de um mundo globalizado e tecnologicamente sofisticado. Tudo isso contribui para a escassez de recursos por parte do Estado e, nesse contexto, a corrupção – quase endêmica na África – promove um desastre ainda maior⁶.

De toda forma, não há dúvida de que a estrutura da economia mundial acabou afetando negativamente o continente africano, mas nesse sentido as consequências, em muitos sentidos, também foram globais. O que se questiona, comumente, é a falta de ação dos países mais ricos em ajudar os africanos a solucionar os seus problemas. Na verdade, boa parte dos problemas foram agravados com os programas de ajuste estrutural levados a efeito pelo FMI e pelo Banco Mundial durante boa parte da década de 1980 e início da seguinte. Há ainda uma crítica muito forte ao protecionismo e aos subsídios agrícolas praticados pela Europa e pelos Estados Unidos, que ajudam a afetar o quadro econômico africano, tornando-o ainda mais frágil.

Porém, nos últimos anos está ocorrendo uma redescoberta seletiva do continente africano. Em termos econômicos estamos assistindo a uma corrida para a África, liderada pelo ímpeto chinês em busca de fontes alternativas de suprimentos de energia, materiais estratégicos para a sua indústria em expansão (como cobre, cobalto, manganês, coltan, platina, dentre outros) e mais mercados para seu variado modelo exportador. Alguns analistas chegam a falar, inclusive, numa nova *partilha* da África, desta vez com a presença da nova potência Oriental, que já é a segunda maior parceira comercial do continente africano. Assim, podemos identificar que, apesar da marginalização econômica do continente, ainda existem áreas e nichos econômicos para serem explorados. Alguns países africanos estão crescendo a taxas realmente expressivas, como é o caso de Angola, por exemplo, embora isso ainda não tenha se refletido claramente no bem estar de sua população.

A responsável pela redescoberta econômica da África é sem dúvida nenhuma a China. Seja no Congo (Brazzaville), em Angola, no Sudão ou na Nigéria, além de vários outros países, lá estão presentes os interesses chineses. Para se ter uma ideia do ímpeto chinês, observe-se que o comércio bilateral multiplicou por 50 entre 1980 e 2005. Passou de 10 bilhões de dólares, em 2000, para mais de 55 bilhões em 2006. Esses números são expressivos e demonstram que os chineses chegaram para ficar. Refletem um pesado investimento em infraestrutura, exploração de petróleo e incremento comercial.

6 E é preciso lembrar que boa parte das elites africanas têm, sim, grande culpa por conta da desagregação social de seus países, haja vista que a precariedade econômica não deve ser vista unicamente na perspectiva da lógica do mercado internacional.

Os resultados da política de aproximação e consolidação de posições na África, desencadeadas por Beijing, já despertaram a atenção das tradicionais potências ocidentais no continente africano. Muitos discursos já foram feitos enfatizando a falta de compromisso dos chineses com os direitos humanos e o meio ambiente. Embora haja algum grau de verdade nessas afirmações, é inegável o oportunismo do seu tom. Por muito tempo os ocidentais cultivaram uma espécie de *afro-pessimismo* que não via saída alguma para a maior parte da África, seja econômica, política ou social. Agora isso parece estar mudando.

O continente africano, apesar de sua grande diversidade e das particularidades dos seus Estados e regiões, apresenta alguns elementos que lhe dão nexos no que diz respeito à sua inserção internacional. A primeira observação que devemos fazer é que se trata do continente, em termos gerais, que menos se adaptou ao mundo globalizado. Além do grande déficit tecnológico, sobretudo por sabermos estar vivendo num mundo no qual a tecnologia da informação é cada vez mais um pré-requisito para a modernidade, os africanos também não conseguiram alcançar um perfil industrial; alguns Estados seressentem mesmo da falta de infraestrutura básica para o seu desenvolvimento. Mais um elemento a indicar as dificuldades da África é que até no setor agrícola há defasagens gritantes no continente. Nesse sentido, a África é o único continente que não conseguiu autossuficiência na produção de alimentos, o que, associado a situações de conflito, provoca quadros esporádicos de fome. Esse é o contexto geral no qual a África se encontra no limiar do século XXI.

Todavia, é importante salientar que as próprias lideranças africanas têm consciência dessa situação e se esforçam para conseguir superá-la. Além dos processos de integração econômica em andamento no continente, existem propostas que valorizam a democratização das sociedades africanas e um renovado sentimento de respeito aos direitos humanos. A ideia de Renascimento Africano (*African Renaissance*) é uma delas, a qual se constitui num diagnóstico e prognóstico para a redenção continental.

Do ponto de vista internacional, apesar do distanciamento dos países mais ricos com relação ao continente, é possível identificar alguns importantes movimentos no sentido de ajuda à África. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os credores mais ricos já sinalizaram com o perdão de parte da dívida externa de vários países africanos e da revisão de seus procedimentos com relação à África. De sua parte, os africanos reivindicam que esses países lhes concedam acesso aos seus mercados, uma vez que somente a partir de um programa econômico consistente e que contemple os mercados internacionais, poderão os Estados africanos conseguir algum resultado econômico consistente.

Apesar do esforço de algumas das lideranças africanas para manter e criar novos atrativos econômicos que dinamizem os investimentos estrangeiros no continente, ainda persistem muitos elementos de desagregação social que dificultam um sucesso econômico assentado em bases sustentáveis. Enquanto assistimos ao excepcional crescimento econômico de alguns países, no geral o quadro social e econômico continua desolador. Assim, o que se verifica atualmente é o crescimento de algumas áreas, que está sendo impulsionado principalmente pela demanda energética mundial e pela expansão da base produtiva de alguns poucos países, destacando-se a China. Isso pode proporcionar um salto qualitativo das economias de alguns países e, eventualmente, regiões, mas não significa a garantia de que irá proporcionar um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional vem demonstrando o quão vulnerável são as economias africanas para fazer frente a crises internacionais. Trata-se de um estrangulamento de difícil solução a curto ou médio prazos e que pode colaborar para frear o clima de otimismo verificado no início do novo milênio, num contexto em que o fim de vários conflitos sinaliza para um futuro melhor, o que no fundo acaba realçando a ideia de seletividade no continente.

É fato que a maior parte dos Estados africanos não conseguiu superar sua herança colonial em termos de estrutura econômico-produtiva, e nem tampouco encontrou um ambiente internacional favorável para uma inserção econômica mais positiva. Como países de economias primário-exportadoras, esses Estados encontraram um mundo em transformação, no qual a prática dos subsídios agrícolas lhes foi altamente prejudicial. Por outro lado, o avanço do processo de globalização e a crescente importância do conhecimento científico-tecnológico nos processos produtivos também são aspectos que não ajudam em sua inserção internacional num mundo cada vez mais sofisticado. Prova disso é que a sua participação no volume total do comércio mundial e na produção industrial continua muito baixa.

De toda forma, está fora de dúvida que presenciamos hoje, para alguns dos Estados africanos, uma mudança qualitativa e uma inserção internacional mais positiva, sobretudo se comparada ao último decênio do século XX. O futuro dependerá muito de como as lideranças africanas irão responder aos desafios do presente, inclusive em termos de mais responsabilidade social e fortalecimento de suas instituições.

A África diante da crise de 2008/2009

A crise internacional que eclodiu em 2008/2009 afetou praticamente toda a economia mundial, em maior ou menor grau. Neste último tópico pretende-se desenvolver uma breve discussão de até que ponto a crise irá afetar as economias africanas e quais são as atuais perspectivas e alternativas para a África num contexto internacional profundamente marcado pela incerteza econômica.

Inicialmente, faz-se necessário observar que a África possui um quadro político e econômico muito diverso, embora seja possível, naturalmente, identificarmos tendências econômicas que possam afetar coletivamente o continente. Além do mais, é preciso estar atento para a grande diversidade africana, especialmente aquela relacionada ao patamar de desenvolvimento e integração à economia mundial alcançado por alguns de seus países.

Num primeiro momento, tudo indica que as economias africanas foram pouco atingidas pela crise internacional. Isso se deu em decorrência justamente do baixo grau de integração à economia mundial por parte dos mercados e do sistema financeiro africanos, ainda muito limitados em termos de volume e de negócios. Essa tendência está se verificando mesmo nas maiores economias do continente, como a sul-africana e a nigeriana. Todavia, espera-se que, num segundo momento, a situação se altere.

Concretizado o quadro de crise econômica mundial, o seu impacto se fez sentir no continente com um todo, porém em intensidade diferenciada. Podemos reunir os países africanos pelo menos em dois grandes grupos.

Inicialmente, os mais afetados foram aqueles mais vinculados à economia mundial e que formaram fundos soberanos, com ganhos das exportações de petróleo. O problema para esse conjunto, que inclui países muito distintos, como Angola, Nigéria, Argélia e Líbia, é que eles estão mais expostos às turbulências do mercado financeiro internacional (no caso específico da Líbia, a guerra civil que levou à derrocada do regime de MuammarKadafi, associada à crise global, foi um desastre para o país). Incluído nesse grupo encontra-se também a mais importante economia africana, a da República da África do Sul. Mas, nesse caso, não existe uma dependência com relação ao petróleo e o seu sistema financeiro aparenta ser mais sólido. Para os outros países desse grupo há, ainda, o problema da queda do preço do petróleo no mercado internacional, uma vez que são todos muito dependentes desse produto.

O segundo grupo de países é aquele formado pelas economias medianas e menores. Esses países possivelmente sentirão os efeitos da crise num segundo momento, haja vista que sua inserção econômica internacional é relativamente pequena. Muitos deles dependem de programas de ajuda internacional que

tendem, a longo prazo, a se tornarem mais restritivos. Mas nesse grande grupo há várias exceções, principalmente as relativas aos países que possuem atrativos para as economias emergentes, que têm demonstrado ultimamente um grande interesse na África, como a China.

Muitos Estados africanos aguardam com certa ansiedade os desdobramentos da crise internacional nas economias emergentes asiáticas, sobretudo na China, atualmente um grande investidor no continente africano. Se o ritmo de crescimento chinês for afetado – e tudo indica que será – a tendência é de que isso afete os seus importantes investimentos na África. Nos primeiros oito meses de 2008 o comércio entre a China e a África cresceu mais de 60%, chegando a mais de 70 bilhões de dólares. Esse crescimento está assentado, como já afirmado, principalmente na frenética busca chinesa por fontes de energia e materiais estratégicos para o seu acelerado processo de industrialização. Nesse sentido, como apontado por Duarte Bué Alves, a China já é o segundo maior consumidor mundial de petróleo e a África é responsável por cerca de 29% do petróleo adquirido no exterior pelos chineses, que o importam principalmente de Angola, Nigéria, Sudão, Guiné Equatorial e Gabão. (ALVES, 2007)

Em suma, se houver uma desaceleração da economia chinesa, os africanos certamente serão afetados, tanto pela redução das importações quanto pela diminuição dos investimentos diretos dos chineses na África. Aliás, a queda do preço do petróleo já é um indicador negativo para as economias que mais cresceram no continente africano na última década. Esse cenário se torna mais grave à medida que o tempo passa e que os indícios de que a crise é estrutural se firmam, e que suas consequências ainda se farão sentir por um bom tempo.

Além da China, que tem se destacado enormemente, sobretudo na última década, os outros principais parceiros e investidores no continente africano são os Estados Unidos e alguns países europeus. Ambos foram e estão sendo muito mais afetados do que os chineses e essa se constitui, portanto, numa má notícia para a economia africana. Tudo indica, novamente, que haverá uma redução considerável dos investimentos e da ajuda que os países ocidentais fornecem para os estados africanos. Mas esse impacto só apresentará seus resultados no médio e longo prazos, haja vista que os programas em andamento não foram afetados por restrições imediatas.

Outros setores que foram afetados mais imediatamente nas economias africanas, em decorrência da crise, foram os vinculados ao turismo e à remessa de recursos por parte de africanos que vivem e trabalham no exterior. Para economias pouco diversificadas essas são fontes importantes de receita e que já começaram a preocupar as autoridades africanas. Não há saída imediata para essa situação e somente a retomada do crescimento econômico mundial poderá alterar esse quadro.

Em suma, a maior fraqueza econômica africana, ou seja, sua relativa marginalização e falta de integração mais efetiva com a economia global, se transformou numa vantagem diante de um momento crítico da economia mundial. Mas mesmo que isso seja correto para o curto prazo, a situação tende a se alterar à medida que o tempo passa. Assim, talvez um dos efeitos mais danosos da crise na África seja a diminuição da ajuda internacional aos países mais pobres, o que afeta a vida de milhões de pessoas que dependem quase que exclusivamente dessa ajuda para sobreviver. Já as economias africanas mais dinâmicas tendem a se ajustar melhor à crise, diminuindo o crescimento, mas mantendo o nível de inserção na economia internacional, uma vez que as suas *commodities* continuarão sendo fundamentais para o mundo desenvolvido.

De toda forma, a África parece assumir um papel mais significativo no sistema econômico mundial, principalmente após os conturbados primeiros dez anos pós-Guerra Fria. Como a maior parte dos conflitos da década de 1990 foram estabilizados ou erradicados, houve uma diminuição sensível da instabilidade política no continente que, somado com o seu crescimento econômico modesto, mas constante, sugere uma tendência em recolocar boa parte das economias africanas na rota da economia mundial, o que, afinal de contas, é uma notícia alvissareira para a maior parte dos países de um continente que ainda busca se firmar no cenário econômico e político global.

Referências

ALVES, Duarte Bué. A presença chinesa em África: o caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**, Lisboa, v. 10, p. 56-71, fev. 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações com a África. Comércio e investimentos**. (2012). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias – Histórias de Ruanda**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. **Na nudez da vida. Relatos dos pântanos do Ruanda**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

IHONVBERE, Julius O. **Africa and the new world order**. New York: Peter Lang Publishing, 2000.

ILIBAGIZA, Immaculée; ERWIN, Steve. **Sobrevivi para contar – o poder da fé me salvou de um massacre**. São Paulo: Fontanar, 2008.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Recebimento em: 03/03/2012.

Aceite em: 10/03/2012.